

[www.undprcc.lk/aphdr2006](http://www.undprcc.lk/aphdr2006)

Sujeito a embargo até às 8:00 horas (GMT), 29 Junho 2006

**Uma Ênfase Renovada na Agricultura**  
**À Medida que a Ásia-Pacífico se Vira para as Importações**  
*O comércio livre traz produtos baratos e os pequenos agricultores estão a ser postos fora de competição, mas a produção interna tem de ser revitalizada para proteger as formas de subsistência dos pobres*

PHNOM PEN, Camboja, 29 de Junho de 2006 – A agricultura, o esteio dos pobres, tem sido negligenciada e deve ser-lhe dada uma nova importância porque a Ásia-Pacífico tornou-se um importador importante devido ao comércio livre, anunciou hoje o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento.

**Valor acrescentado na agricultura como percentagem do PIB**

0.1-10 %	15-25 %	25-40 %	40 – 55 %
Hong Kong	Filipinas	Bangladesh	Nepal
Singapura	China	Paquistão	RDP do Laos
Japão	Fiji	Mongólia	Afeganistão
Austrália	Kiribati	Butão	Myanmar
Mundo	Indonésia	Camboja	
Coreia, Rep.	Sri Lanka		
Maurícias	Vietname		
Malásia	Índia		

Tailândia

Fonte: Banco Mundial, 2005.

As importações baratas em consequência da abertura ao comércio agrícola conduziram a um declínio acentuado da produção de géneros alimentares de primeira necessidade na região, que fora durante muitos anos exportadora de bens alimentares, afirma o Relatório do Desenvolvimento Humano na Ásia-Pacífico 2006.

Em termos globais, a promessa de lucros rápidos está a encorajar os agricultores mais ricos e as empresas agrícolas comerciais a abandonarem a produção de alimentos para se dedicarem ao cultivo de colheitas comerciais mais rendíveis, afirma o Relatório, que foi encomendado pelo PNUD.

No entanto, os ganhos na agricultura e pescas representam o cerne da transformação em termos económicos e de desenvolvimento humano para a Ásia-Pacífico, afirma o Relatório, dado que o sector sustenta a grande maioria dos pobres da região.

**‘O desenvolvimento humano, como um todo, vai ser afectado’**

“Se, em consequência da expansão do comércio, os pequenos agricultores forem postos face à competição pelas importações mas não tiverem acesso a uma fonte de subsistência alternativa, o desenvolvimento humano, como um todo, vai ser afectado”, alertou Hafiz A. Pasha, Subsecretário-Geral das Nações Unidas e Director do Gabinete Regional do PNUD para a Ásia e o Pacífico.

A expansão do comércio pode causar danos aos interesses dos agricultores pobres ao provocar quedas vertiginosas de preços, aumentos dos custos de factores de produção como os fertilizantes, supressão dos serviços estatais de irrigação ou de estradas entre as explorações agrícolas e o mercado ou de consolidação de terrenos, entre outros.

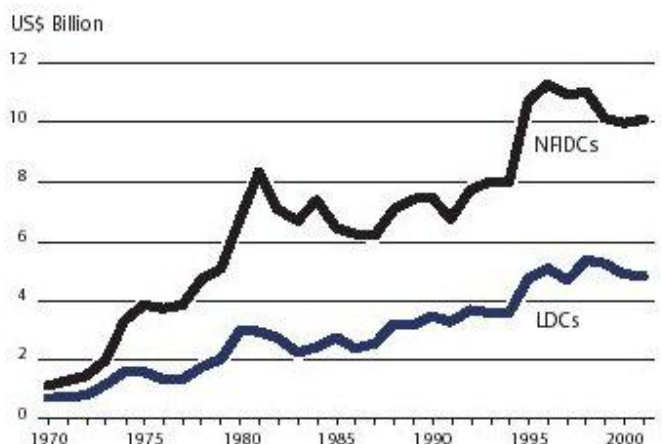
Para ultrapassar isto, o Relatório exorta os países em desenvolvimento a promoverem o desenvolvimento agrícola, mediante apoios aos preços, empréstimos com custos razoáveis e outras ajudas, bem como reforçando a reforma agrária. Recomenda também que seja dada protecção aos produtores pobres por meio de tarifas, apoios aos preços ou subsídios. As políticas precisam não só de garantir uma atenção consistente à agricultura, mas também de promover a solidariedade entre os países em desenvolvimento ao mesmo tempo que tomam em consideração dos diferentes interesses e prioridades regionais numa região tão diversificada, acrescenta o Relatório.

**As importações de alimentos estão a acelerar nos países pobres**

Os países em desenvolvimento abriram mais o seu comércio agrícola do que os países desenvolvidos. Os países pobres, sobretudo, tornaram-se especialmente dependentes do mercado mundial de bens alimentares para o fornecimento de alimentos básicos. As importações nos Países Menos Avançados, que incluem os 14 países mais pobres da Ásia-Pacífico, correspondiam a mais do dobro das suas exportações, no final da década de 1980 – e a tendência está a alargar-se nitidamente, afirma o Relatório. Isto é particularmente preocupante porque dois terços dos 800 milhões de pessoas que não gozam de segurança alimentar, em todo o mundo, residem na Ásia-Pacífico.

**Despesas comerciais com a importação de alimentos**

**(Países Menos Avançados, Países em Desenvolvimento Importadores Líquidos de Alimentos)**



Fonte: FAO 2003.

Espera-se que, como um todo, os países em desenvolvimento importem cerca de 150 mil milhões de produtos alimentares até 2030, apesar de o Relatório sublinhar que a segurança nacional se deve basear na produção interna de alimentos. NO entanto, apenas alguns países da Ásia-Pacífico, entre os quais a Tailândia e o Vietname, são considerados “exportadores naturais” que podem competir com os países desenvolvidos no mercado agrícola mundial.

As actuais negociações mundiais de comércio no âmbito da Ronda de Desenvolvimento de Doha da Organização Mundial de Comércio deveriam ser vistas como uma oportunidade de corrigir as desigualdades no comércio mundial de produtos agrícolas, sobretudo os que decorrem do proteccionismo “deliberado e injusto” dos países ricos em favor dos seus próprios produtores, afirma o Relatório. No entanto, as conversações “não estão a tomar o rumo certo”, observa.

“Um agricultor da Ásia-Pacífico pode competir com outros agricultores, mas não com os subsídios agrícolas dos países ricos”, disse Minh H. Pham, Administrador Regional do Centro Regional do PNUD em Colombo. O Centro Regional de Colombo supervisionou a equipa multinacional de peritos da região que elaborou o Relatório, *Comércio em Termos Humanos: Transformar o Comércio em Prol do Desenvolvimento Humano na Ásia e no Pacífico*.

#### Subsídios dos EUA a alguns produtos agrícolas, milhões de dólares

	1995	2001
Milho	32	2,800
Soja	16	3,600
Algodão	32	2,800
Arroz	12	763

Fonte: Dhar, 2004

O Relatório centrou-se também nas barreiras ao comércio justo de recursos haliêuticos que colocam em desvantagem os exportadores dos países pobres. Essas barreiras incluem uma falta de normas eficazes de segurança alimentar, que exacerba o problema subjacente da gestão das pescas por parte dos Estados pobres. Mais de 85% dos pescadores do mundo e 95% dos piscicultores vivem na Ásia-Pacífico. Muitas comunidades de pescadores já têm rendimentos baixos, mas a sua situação pode piorar à medida que os stocks se esgotam.

Passando aos direitos de propriedade intelectual, o Relatório defende que esses direitos devem ser garantidos de modo que as empresas transnacionais não saqueiem os recursos dos países em desenvolvimento mediante, por exemplo, a protecção de patentes que crie novos obstáculos à melhoria da agricultura. Referiu o potencial de criação de indicações geográficas, ou IG, como uma medida não convencional com repercussões significativas no desenvolvimento humano.

As IG identificam a qualidade, reputação e outras características de um produto como atribuíveis essencialmente à sua origem geográfica e podem preservar direitos relacionados com conhecimentos tradicionais. O Relatório remenda que as IG sejam alargadas aos alimentos, bebidas, vestuário e artesanato, bem como a recursos biológicos como plantas, ervas e árvores. Entre os exemplos mais conhecidos de IG na Ásia, contam-se o arroz Basmati e Jasmine, o molho de peixe Phu Quoc, a seda tailandesa, o arroz vermelho do Butão e a caxemira mongol.

\* \* \* \* \*

***O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a rede mundial das Nações Unidas para o desenvolvimento, defendendo a mudança e ligando os países ao conhecimento, experiência e recursos, a fim de ajudar as pessoas a construir uma vida melhor. O PNUD trabalha em 37 países na Ásia-Pacífico.***

\* \* \* \* \*

*O Centro Regional do PNUD em Colombo (RCC) foi criado em Janeiro de 2005 para servir os países da Ásia-Pacífico. É um centro regional para o conhecimento sobre o desenvolvimento e conhecimentos especializados no mesmo domínio, prestando serviços de aconselhamento sobre políticas e desenvolvimento de capacidades no âmbito da Redução da Pobreza e do VIH e Desenvolvimento, com a Igualdade de Género como uma questão transversal.*

\* \* \* \* \*

*A partir de 2006, os Relatórios do Desenvolvimento Humano na Ásia-Pacífico estão a evoluir no sentido de se transformar numa série anual. Esperamos que os Relatórios constituam uma análise contínua de questões fundamentais do desenvolvimento relevantes tanto a nível regional como nacional. A Série de Relatórios do Desenvolvimento Humano na Ásia-Pacífico dotem a região de um fórum para promover os diálogos e estruturar os debates apoiando uma agenda em prol dos pobres.*

\* \* \* \* \*

***Para mais informações, é favor contactar:***

Kay Kirby Dorji, Programme Advocacy and Media Advisor, Centro Regional do PNUD em Colombo; e-mail: [kay.kirby@undp.org](mailto:kay.kirby@undp.org); telefone: (94-11) 452-6400 ext. 245; telemóvel: (94-77) 317 8556

Aishath Jeelaan, Programme Advocacy and Media Officer, Centro Regional do PNUD em Colombo; e-mail: [aishath.jeelaan@undp.org](mailto:aishath.jeelaan@undp.org); telefone: (94-11) 452-6400 ext. 246; telemóvel: (94-77) 350 1776

Cherie Hart, Asia-Pacific Regional Communications Advisor, Centro Regional do PNUD em Bangucoque; e-mail: [cherie.hart@undp.or.th](mailto:cherie.hart@undp.or.th); telefone: (66-2) 288-2133; telemóvel: (66-1) 918 1564